



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária

QUESTÃO AGRÁRIA, LITERATURA E REALIDADE: o debate da questão social no campo a partir do “Torto Arado”

MAILIZ GARIBOTTI LUSA ¹

SIRLÂNDIA SCHAPPO ¹

ALINE OGLIARI ¹

MARIA EDUARDA DIMON ¹

GABRIELA GRANDO MERCADANTE ¹

RESUMO:

A literatura social agrega elementos da realidade, apresentando questões fundamentais para compreendê-la, com destaque às expressões da questão social. Com o objetivo de analisar a realidade agrária brasileira a partir da obra *Torto Arado*, o trabalho apresenta as principais reflexões de um grupo de estudo e de um levantamento bibliográfico sobre o tema. Evidencia-se uma interconexão entre questão agrária, questão racial e de gênero, estas são envoltas ainda por elementos de religiosidade. Essas temáticas inseparáveis são explicitadas em suas interconexões por diversas manifestações e continuidades de processos de opressão, ocultamento e violação de direitos.

Palavras-chave: realidade; questão social; campo; literatura.

RESUMEN:

La literatura social agrega elementos de la realidad, presentando cuestiones fundamentales para comprenderla, con destaque a las expresiones de la cuestión social. Con el objetivo de analizar a la realidad agraria brasileña a partir de la obra *Torto Arado*, el trabajo presenta las principales reflexiones de un grupo de

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

estudio y de un levantamiento bibliográfico sobre el tema. Evidenciase una interconexión entre la cuestión agraria, cuestión racial y de género, estas aún son envueltas por elementos de religiosidad. Esas temáticas inseparables son explicitadas en sus interconexiones por diversas manifestaciones y continuidades de procesos de opresión, ocultamiento y violación de derechos.

Palabras claves: realidad, cuestión social; campo; literatura.

1 INTRODUCINDO A PROSA: estudo sobre a realidade e a questão social por meio da literatura

Este trabalho trata sobre a questão agrária, a partir do estudo da realidade do campo no Brasil, com uso da literatura como estratégia analítica. A proposta resulta das reflexões realizadas pelo grupo Terra, Trabalho e Resistência (TTR), voltado ao desenvolvimento de estudos, extensão e pesquisas sobre a questão agrária, as ruralidades e a segurança e soberania alimentar, em atuação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O grupo TTR desenvolve ações fundamentadas na educação popular, voltadas ao fortalecimento das mobilizações, movimentos e lutas sociais populares, a partir do reconhecimento do papel ético-político da Universidade, dirigidas especialmente para as ruralidades e a questão agrária.

Busca-se, neste artigo, refletir sobre a importância do estudo e discussão de obras de literatura enquanto estratégias de reconhecimento e análise da realidade e da questão social em suas expressões no espaço rural brasileiro. Parte-se do pressuposto que o chão da realidade cotidiana da classe trabalhadora camponesa, inclusive em sua diversidade étnico-racial, é fonte para análise e possibilidades de engajamento frente às demandas e lutas nela apresentadas, sendo que a literatura pode se constituir como estratégia pedagógica importante de aproximação e compreensão dessa realidade.

A experiência que embasou a produção deste ensaio teórico situou-se no âmbito da extensão universitária, com a realização de um grupo de estudos sobre a obra “Torto arado”, de Itamar Vieira Junior (2018). Os estudos foram coordenados pelo Grupo Terra, Trabalho e Resistência em conjunto com o Programa de

Educação Tutorial em Serviço Social (PET|SSO), da mesma Universidade, no primeiro semestre do ano de 2022. A experiência foi orientada por uma leitura crítico-dialética da realidade com base na concepção de extensão popular. A partir do estudo da obra foi possível aprofundar a análise crítica da realidade agrária, identificando nela as expressões da questão social que se configuram em regiões predominantemente urbanas.

Torto Arado foi escrito pelo geógrafo e doutor em estudos étnico e africanos pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, Itamar Vieira Junior. O livro apresenta como centrais a questão da terra, dos negros e da ancestralidade – um romance brasileiro que se aproxima de autores do romance social nordestino das décadas de 1930-1940. É uma literatura comprometida com a realidade, onde encontram-se elementos que contribuem para a denúncia da questão agrária, das questões étnico-raciais, de gênero e para a luta de um povo pelo seu não apagamento. A questão da religiosidade também é central e perpassa toda a obra. Ao trazer elementos de um Brasil desconhecido muitas vezes pelos próprios brasileiros, possibilita importantes reflexões críticas sobre a realidade social brasileira, explicitada pelas experiências narradas por 3 personagens femininas. Em 2018, o autor recebeu o Prêmio Léya, sendo o livro publicado primeiro em Portugal e só depois no Brasil. Aqui também recebeu os prêmios Jabuti e Oceanos, em 2020.

Com o intuito de atingir o objetivo apresentado inicialmente, organizou-se o desenvolvimento deste ensaio teórico em dois momentos. No primeiro, reflete-se sobre como a realidade vai aparecendo e dando forma à literatura e, dialeticamente, como esta configura-se como instrumento de análise da realidade. No segundo momento, aproxima-se o olhar para as expressões da questão social que figuram em “Torto Arado”, apresentadas a partir das temáticas centrais evidenciadas e discutidas pelos integrantes do Grupo de Estudo. São elas: questão agrária, gênero e violência, questão racial e religiosidade. Ao final, cientes de que este é apenas um ensaio teórico de aproximação sobre o tema, são apresentados apontamentos que sintetizam o momento reflexivo e lançam luzes para futuros estudos e debates sobre o uso da literatura como estratégia de discussão e análise da realidade agrária brasileira.

2 PROSEANDO SOBRE A REALIDADE NA LITERATURA E A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA REALIDADE

Reservou-se para o desenvolvimento deste ensaio o diálogo com o autor de “Torto Arado”, Itamar Vieira Junior, no qual terão centralidade as/os personagens do romance, especialmente as irmãs Belonísia, Bibiana e a família. Almeja-se tecer com esta prosa não a crítica literária, mas uma análise crítica da realidade brasileira, em especial das especificidades das expressões da questão social que são evidenciadas em suas interconexões urbanas e rurais.

Para prepará-lo, antes é apresentada uma conversa com estudiosos de cultura, literatura e estética, considerando que eles aportam os elementos para identificar o fio que une e separa a ficção da realidade concreta, a partir de um movimento dialético que geralmente parte do real, chega à ficção, espraia-se na imaginação do leitor e, finalmente, volta para a realidade através da transformação que a obra literária opera na vida dos sujeitos, os quais tornam-se protagonistas na transformação da própria realidade.

É no chão da realidade que as expressões da questão social são evidenciadas e que se apresentam como demandas no cotidiano de trabalho de diversos profissionais. É nele que também se encontra a fonte de dados para muitas das obras literárias que marcam a cultura e a arte em determinadas épocas. Tais obras assinalam determinado tempo, registrando minuciosamente a vida cotidiana naquele período e, nesse sentido, há quem diga que a literatura é uma espécie de exegese da realidade (LUKÁCS, 2009), uma vez que há obras literárias que interpretam a realidade em minúcias, a ponto desses registros possibilitarem às gerações futuras acessar novamente a realidade passada, o processo histórico que determinou a atualidade.

A obra *Torto Arado* é reveladora de aspectos e de questões historicamente ocultadas, sendo elas explicitadas a partir das experiências do autor também enquanto servidor público do INCRA, onde teve a oportunidade de conhecer esse Brasil profundo, o chão da realidade agrária brasileira. Neste ponto do ensaio, é

essencial dizer que as experiências de vida do autor é que permitem a concretização de um realismo crítico, no sentido de uma obra literária conectada e comprometida com a realidade e os sujeitos reais. Aqui o leitor se encontra com o 'lugar de dentro' e 'lugar de fora' assumido pelo autor da obra. Suas vivências, a realidade experimentada, a visão de mundo, a perspectiva societária, tudo importa para as costuras que vai tecendo no enredo.

Há muitas possibilidades, sem dúvida, de que o pensamento do escritor seja influenciado pelo meio com o qual ele está em contato imediato; esta influência pode, entretanto, ser múltipla: adaptação, mas também reação de recusa ou de revolta, ou ainda síntese das ideias encontradas neste meio com outras vindas de lugares diversos etc (GOLDMANN, 1979, p. 74).

Nota-se, portanto, que a biografia do autor muitas vezes adentra sua obra, trazendo reflexos para os possíveis efeitos que ela produzirá para os indivíduos e a coletividade que a acessar. São possíveis mudanças e transformações, mas também manutenções, conservadorismo e até mesmo regressos reacionários. Reside nisso a importância de conhecer o autor e o lugar de dentro e de fora desde onde escreve. De alguma forma, trata-se de uma necessidade situacional, histórica e sociológica de localização da obra, que permite projetar, talvez, objetivos e produtos da leitura. Neste sentido, sublinha-se

[...] o perigo de superestimar a importância da biografia na explicação sociológica da obra; não é menos importante lembrar que mesmo esta explicação não é, para o historiador materialista, senão uma parte de sua tarefa, que só pode aparecer no fim de seu trabalho, como um coroamento de um longo esforço preliminar; pois, antes de pesquisar as relações entre uma obra literária e as classes sociais da época em que ela foi escrita, é necessário ainda compreendê-la em sua significação própria e julgá-la no plano estético, isto é, enquanto universo concreto de seres e de coisas criado pelo escritor que nos fala através dela (GOLDMANN, 1979, p. 75).

Para evitar riscos de deturpar a própria visão de mundo presente na obra, é preciso que o autor trabalhe de forma sutil, mas sólida, na direção social crítica que deseja imprimir a ela. Este é um grande desafio, justamente porque é uma tarefa invisível. Importantes obras literárias explicitaram para a sociedade brasileira mazelas escondidas e que precisavam ser enfrentadas. É o caso de "Grande sertão: veredas", de Guimarães Rosa, publicado em 1956, que traz consigo a crítica à

exploração, violências e formas de exploração no campo, mas também a crítica aos papéis tradicionais de gênero e ao próprio envelhecimento. Da mesma forma, é indispensável lembrar do importante papel de “Quarto de despejo – Diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960, que denuncia a realidade vivida pela população preta, empobrecida, empurrada para as favelas e descreve em minúcias as lutas e resistências de uma mulher, mãe solo, para sobreviver e assegurar a vida de seu filho e sua filha. Assim, é no conjunto destes elementos, especialmente da contundente denúncia social que as obras apresentam, que se aponta a literatura como instrumento e o estudo de obras literárias como estratégia de análise crítica e comprometida da realidade.

Ora, a interpretação da realidade através da representação literária é, em verdade, uma reprodução ou imitação do real, uma mimesis. Há, contudo, parte dessa realidade que fica oculta ou inexpressa e, logo, entregue a um plano interpretativo (AUERBACH, 2009). Para que isso ocorra, é necessário que na obra figurem sujeitos que representem mulheres e homens reais em suas circunstâncias cotidianas e que, da mesma forma, o enredo expresse as determinações da vida comum. Assim, ainda que figurem histórias ficcionais, a obra precisa levar o leitor em seu imaginário para o concreto vivido por ele ou por outrem. Deste modo, ocorre o vínculo entre a ficção e a realidade, o imaginário e o concreto, sendo que o fio que costura este liame chama-se ‘possibilidade’. Daí provém a potência transformadora da literatura.

Enquanto a possibilidade abstrata só possui vida nos limites do sujeito, a possibilidade concreta pressupõe a interação entre esse sujeito, as realidades de fato e os poderes objetivos da vida. Ora, estes últimos têm sempre um caráter objetivamente histórico-social. Em outras palavras: a descrição literária da possibilidade concreta pressupõe, em primeiro lugar, a descrição concreta de homens concretos, nas suas relações concretas com o mundo exterior. É tão-somente através duma interação viva e concreta entre o homem e o mundo ambiente, que as possibilidades concretas dum indivíduo podem libertar-se das suas possibilidades abstratas e revelar-se como realidades concretas que condicionam justamente esse indivíduo particular, a um nível determinado pela sua evolução (LUKÁCS, 1969, p. 43).

É certo que nem toda literatura busca e alcança este objetivo de revelar a realidade concreta, porém, várias obras propiciam esta interlocução e, portanto,

possuem esta potencialidade. A obra “O cortiço”, um romance naturalista escrito em prosa por Aluísio Azevedo e publicado ainda em 1890, pode ser citada como mais um exemplo. Ela tece uma denúncia social e política à realidade da então capital brasileira, Rio de Janeiro, no final do século XIX, ao descrever as condições aviltantes da classe trabalhadora que se acumulava nos centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Outro exemplo ainda é “Vidas secas”, um romance em prosa escrito por Graciliano Ramos, em 1938, após sair da prisão onde esteve preso sob a acusação de ser comunista. Na obra, Graciliano descreve com um realismo penoso o drama dos camponeses nordestinos, profundamente explorados e empobrecidos, que são ainda mais assolados pela grande seca das primeiras décadas do século XX, e que por tais motivos são impelidos à migração forçada para os centros urbanos. Por último, cita-se “Morte e vida severina”, uma obra em versos de dramaturgia escrita por João Cabral de Melo Neto e publicada em 1956, que também acompanha a saga do forte fluxo de êxodo do campo para as cidades já em meados do mesmo século. A motivação é a mesma: o profundo empobrecimento das gentes simples.

Ao tratar sobre o realismo crítico, reportando-se à sociedade socialista dos anos 1940-1950, Lukács (1969) indica que é um tipo de literatura que fala desde dentro e não de fora, tendo, por isso mesmo, maiores possibilidades de contribuir para a realização de outra realidade projetada. De alguma forma, o autor indica que o realismo concreto e contundente crítico de tendência socialista parte de uma posição social e histórica que considera o lugar ‘dos de baixo’ desde dentro, e ‘dos de cima’ como fora, sendo essa uma estratégia com potencialidade revolucionária para encontrar saídas de uma realidade cuja sociabilidade já figura como esgotada.

Trata-se da construção de uma visão de mundo que produz sentidos e significados capazes de mediar a construção de uma nova realidade distinta. Isso ocorre no próprio plano da arte primeiramente, e passa potencialmente para o plano real concreto, a depender dos sujeitos que acessam essas obras e da forma pela qual acessam. Com isso, já se sinaliza que as obras em si não têm a capacidade de efetivar este potencial, pois depende dos sujeitos e das condições objetivas de acesso às obras e de introspecção em suas vidas. Aliás,

Para o materialismo histórico, o elemento essencial no estudo da criação literária reside no fato de que a literatura e a filosofia são, em planos diferentes, expressões de uma visão do mundo e que as visões do mundo não são fatos individuais, mas sim fatos sociais. Uma visão do mundo é um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade. [...] Ela é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais (GOLDMANN, 1979, p. 73).

Destarte, a obra literária carrega consigo uma visão de mundo sob a perspectiva de certa classe social, grupo étnico-racial, de gênero etc., que pode ser reproduzida no imaginário do leitor e, por isso mesmo, também contribui para a construção das visões de mundo, sejam elas transformadoras ou mantenedoras da ordem social vigente. Isso porque, “cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles” (CÂNDIDO, 2011, p. 177).

Entende-se que a literatura realista crítica demonstra uma preocupação efetivamente comprometida em refletir a realidade objetiva (LUKÁCS, 1969). Para isso, toma aspectos desta realidade social concreta e a reconstrói no imaginário, lugar onde constrói mediações para transformar esta realidade. Trata-se de uma arte que se aporta no tempo presente, na sua constituição histórico-social, para gerar ensinamentos que remetam às possibilidades que se abrem de construção de alternativas futuras.

Das obras literárias o romance é o estilo que geralmente carrega em si a potência da realidade que figura em suas páginas – na dialética concreta/ficcional/concreta –, com o misto dos sentidos, símbolos e significantes que fazem aflorar sentimentos no leitor, envolvendo-o na obra. “Numa amplitude inviável aos demais gêneros, o romance absorve com apetite voraz as relações reais e as transforma em movimento do enredo – isso quer na narrativa, quer na prosa das frases isoladas” (MACEDO, 2009, p. 224). Esse envolvimento do leitor com a história contada tem a possibilidade de o mobilizar na realidade, a partir da crítica que passa a tecer sobre ela. Portanto, a literatura ensina, transmite conhecimento e este transforma.

A partir dessas reflexões iniciais sobre a importância da literatura social crítica e engajada, destaca-se na seção seguinte elementos para uma reflexão sobre o livro *Torto Arado* e sua relevância para a leitura da realidade brasileira. Na obra apresentam-se diversas temáticas que se aproximam da literatura social que se desenvolve no país especialmente a partir da geração de 1930: migração, fome, seca, questão agrária, entre outras. O autor do livro expõe em diversas passagens aspectos da formação sócio-histórica brasileira que persistem reproduzindo desigualdades, contradições e violação de direitos.

3 TORTO ARADO: a matéria viva da realidade do chão agrário brasileiro

Em *Torto Arado*, o autor faz um percurso na formação sócio-histórica brasileira ao resgatar os elementos do cotidiano de uma população que fora sequestrada em África, escravizada e a partir disso explorada durante o escravismo colonial, e que posteriormente continua tendo sua força de trabalho explorada justamente porque fora excluída da possibilidade de acesso à terra em que sempre trabalhou. Assim, gerações e gerações vão permanecendo numa condição de servidão aos senhores da terra, sem serem servos, mas pela dominação social, política, econômica e cultural operada pelas elites detentoras de terra e poder. Uma população que vai, pouco a pouco, tendo sua identidade destituída, apagada e que num dado momento passa a resgatá-la, a enxergar-se como sujeito social e político daquele território. Uma população que, historicamente escravizada, nunca deixou de ser explorada, que vai se reconhecendo em sua identidade e conhecendo os direitos que constitucionalmente passam a lhes serem assegurados já na década de 1980. Assim, permanentemente essa população vai construindo estratégias de resistência, as quais possibilitam enfrentar tanto a ‘morte morrida’ quanto a ‘morte matada’ na saga da disputa de terra e poder.

Essa realidade expressa no livro motivou o Grupo Terra, Trabalho e Resistência, em conjunto com o Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da UFSC, a planejar e realizar durante o primeiro semestre de 2022 uma proposta de estudo da obra “*Torto arado*”, de Itamar Vieira Junior (2019). As atividades foram

abertas para toda a comunidade universitária, por meio de inscrições, especialmente do Curso de Serviço Social. Previamente foram identificados quatro eixos de análise, a partir dos quais foram organizados quatro encontros de estudos: questão agrária; relações sociais de gênero e violência contra a mulher; questão racial e práxis antirracista; e religiosidade. A opção de abordagem por eixos temáticos específicos para os encontros, foi uma forma encontrada para apontar uma análise mais ampla de categorias estruturantes e vinculantes, na perspectiva da totalidade.

Além da obra “Torto arado” – referência básica permanente –, para cada eixo foi indicada bibliografia complementar. Os encontros aconteceram quinzenalmente contando com docentes e estudantes. A metodologia escolhida para os encontros foi a roda de conversa, onde todos os participantes apresentavam suas contribuições livremente, que possibilitou a construção processual e sistemática de sínteses a cada encontro. A seguir passa-se a apresentar, a partir dos eixos de análise, os principais apontamentos que resultaram desta experiência de extensão popular.

Água Negra é uma fazenda fictícia no sertão baiano que abriga uma comunidade rural que, simbolicamente, encarna a História real não contada. É ali, por entre casebres e roçados das famílias camponesas esquecidas do mundo, e nas imensidões de terras da família Peixoto, que as histórias das irmãs Bibiana e Belonísia são transpassadas, ainda na infância, pelo fio afiado de uma faca. São as duas irmãs e uma entidade encantada que narram, em primeira pessoa, os três capítulos de Torto Arado; e que costuram a trama da memória coletiva daquelas famílias, compartilhada e projetada desde o sequestro do povo negro em África, passando pelos séculos de escravidão, até o momento que a história se desenrola.

A persistência de elementos culturais, econômicos, sociais e políticos do período escravocrata que se retroalimentam no mundo real, aparecem no livro a todo momento. Em uma narrativa rica em detalhes e significações, as inúmeras expressões da questão social são apresentadas em primeiro plano ou nas entrelinhas: a questão agrária, o latifúndio, a desigualdade social, o racismo, o machismo, a violência de gênero e no campo, a fome, a seca, a superexploração do trabalho e expropriação da terra, o amparo legal às classes dominantes, o êxodo rural, a divisão social/sexual/internacional/racial do trabalho, entre outras.

Dialeticamente, também são apresentadas as resistências populares, a criatividade para encontrar brechas de amparo e proteção, os elementos culturais que sustentam vínculos identitários fundamentais à manutenção da rede comunitária e de organização.

A questão agrária, tema central do grupo Terra, Trabalho e Resistência, foi o primeiro eixo abordado pelo grupo de estudo. O livro apresenta seu enredo em uma Comunidade que vive em regime de servidão e de vulnerabilidade, provenientes do processo escravidão e das desigualdades gestadas no processo de colonização, perpetuadas e agravadas com o avanço do capitalismo no país que manteve inalterada as estruturas agrárias concentradoras de terra, de riqueza e de poder. No livro encontram-se elementos reveladores do quanto para os descendentes de escravizados, os avanços no Brasil foram poucos. Cabe aqui reafirmar a clarividência de alguns abolicionistas que já afirmavam no século XIX que sem a democratização da terra não haveria a libertação dos escravos.

Joaquim Nabuco, um dos principais abolicionistas brasileiros, ressaltava reformas institucionais e sociais que superassem a escravidão no país, entre elas aquelas que envolviam a questão da terra. Em seus escritos e discursos sobre o problema da escravidão, não separava o problema da escravidão da problemática da terra. Em sua campanha às eleições do Recife, em 1884, destacava que “A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado.” Suas propostas não separavam duas questões primordiais: a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Segundo o abolicionista, uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.

A realidade explicitada em Torto Arado denuncia a continuidade e a atualidade da questão agrária no Brasil, da concentração da terra, da riqueza e do poder. A grande propriedade permaneceu intocada. A abolição gradual, que se oficializará em 1888, não previu reformas que possibilitassem a melhoria das condições de vida dos ex-escravos, como a doação de terras que contribuiria para o exercício da liberdade. Em diferentes regimes de servidão tributários desse regime

escravocrata ainda não superado, revelam-se algumas das especificidades das expressões da questão social no país, agravadas com o avanço do capitalismo no campo, restringindo e impedindo liberdades em “terras de alguém”.

A imersão na realidade agrária brasileira revela a interconexão entre questão agrária e questão racial, essa discutida como eixo específico no terceiro encontro do grupo. Essas temáticas inseparáveis na concepção dos integrantes, são explicitadas em suas interconexões por diversas manifestações e continuidades de processos de opressão, ocultamento e violação de direitos da população negra que sobrevive e resiste neste país. Explicita ainda a terra no centro da questão agrária, cujas estruturas concentradoras se perpetuaram em processos de modernização conservadora. Neste debate, as análises de Josué de Castro também denunciam essas opressoras contradições. Conforme o autor, inspirado em Nabuco, “[...] sem emancipar a terra e sem quebrar as forças que oprimem sua possibilidade de produção, a libertação do homem é ilusão. Ele é livre social e politicamente, mas é economicamente escravo, escravo da terra improdutiva, escravo da miséria, escravo da fome.” (CASTRO, 1964)

Mesmo na atualidade, onde o agro se coloca como *pop*, ainda não superamos a superexploração do trabalho, a servidão e os processos de escravidão por dívida, em um país que se diz moderno. Nesse sentido, o livro *Torto Arado* pode ser considerado atemporal – o contexto explicitado poderia ser no Brasil atual ou no século XIX. O livro nos dá algumas pistas iniciais do contexto, como a seca de 1932 – vivenciada por alguns antepassados daquela comunidade, e a Ford rural descrita no texto, o que instiga no leitor reflexões sobre o quanto a questão agrária e fundiária se perpetua no Brasil em diferentes contextos históricos. O enredo é revelador do quanto a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido no país, enquanto a agricultura camponesa familiar ocupou lugar secundário, subordinado, bloqueado em suas potencialidades (WANDERLEY, 1996).

Nesse sentido, considerando que se *Torto Arado* tivesse sido escrito em outro século, já seria um clássico, pois sua atualidade seria destacada pela permanência da questão agrária, fundiária e racial no Brasil. Uma realidade

evidenciada em diferentes contextos históricos, a qual engloba ainda as forças do machismo, e do patriarcado, e que dificultam ainda mais os processos libertários, especialmente de mulheres no campo. Um exemplo das expressões da questão social oriundas dessa realidade são os atuais e alarmantes dados sobre a fome no Brasil que atingem em uma proporção mais elevada as populações das regiões rurais do país. Os domicílios rurais apresentam maiores índices de insegurança alimentar grave (18,6%), já nas áreas urbanas o percentual é de (15,0%), sendo uma condição mais grave entre as mulheres e ainda maior entre as mulheres negras (II VIGISAN, 2022).

O segundo encontro do grupo de estudos foi sobre a questão de gênero e violência contra as mulheres no campo. O enredo apresentado no livro *Torto Arado* é cercado por diversas opressões, entre elas a de gênero, em que as mulheres moradoras da Fazenda Água Negra experienciam atrocidades diversas ao longo das gerações. A obra, além de trazer suas perspectivas, dá voz a mulheres marcadas pela resistência, que tiveram suas histórias permeadas pela subordinação e marginalização – atribuídas pelo conjunto provindo da sociedade capitalista e patriarcal.

O livro alude à realidade expondo a situação da família principal, caracterizada pela divisão do trabalho: o trabalho braçal no cultivo com os membros masculinos da família, e o trabalho árduo da casa, com as mulheres. A vista disso, considera-se o homem como o provedor do sustento familiar, conseqüentemente a figura de autoridade na família. O trabalho feminino realizado em casa concomitante a responsabilidade pela criação dos filhos, não é reconhecido nem mesmo pelas mulheres, “uma vez que elas foram educadas dentro desses padrões de organização do trabalho e da vida, desses *habitus* de gênero que se estruturam culturalmente, principalmente quando introjetados de modo inconsciente” (SCHWENDLER, 2020, p. 4, grifo da autora). Por conseqüência, as mulheres se entendem como propriedade masculina e tem como função servir e satisfazer seu marido.

Posteriormente, seguindo a leitura do livro, identificamos a divisão patriarcal de poderes evidenciada na tomada de decisão, no momento em que Tobias,

pretendente de Belonísia, pede autorização à união para o pai da moça. Essa conduta, normalizada pelas famílias camponesas, é análoga à história da vida de Ada, que relata ter se casado com seu primeiro namorado, quando ele tinha 29 anos e ela tinha 14, “Eu casei por causa que minha mãe me forçou, né. Eu não casaria [...]. Eu falei para minha mãe: eu não gosto dele, não quero casar com ele, eu tenho medo dele”.

A obra aborda de forma importante a violência doméstica contra mulheres camponesas, entendida, até pelas vítimas, como seu destino e única forma de sobrevivência. No livro, Belonísia passa pelo processo de aceitação de tal situação, assim que vai morar com seu marido e transcorre situações de violências diárias. Todavia, quando toma ciência do cenário de agressão vivido por sua vizinha, Belonísia entende que essas são as condições de vida da maioria das mulheres no campo.

Em paralelo, junto da bibliografia complementar, emerge o questionamento acerca do posicionamento da juventude camponesa no enfrentamento de tal realidade. Inserida em um mundo globalizado, parte dessa juventude, com acesso à educação do campo emancipadora e problematizadora, e junto com a influência dos movimentos sociais, é concebida como *ator social e político* a partir desses processos de interação social. A juventude não aceita mais a clássica hierarquização do trabalho, como destaca uma dessas educandas entrevistadas:

Não acho que é só a mulher que deve administrar nem só o homem, os dois devem ajudar. Vou dar o exemplo da minha casa, lá não é só o meu pai que trabalha nem só minha mãe, ambos têm direitos, já que os dois trabalham. Lá é o seguinte: tem a lavoura, mas não é só meu pai quem decide. Quando chega final do mês os dois decidem o que vai ser pago. Então acho que não é cada um, os dois têm que decidir juntos (Educanda, RBI, manhã, I etapa apud SCHWENDLER, 2020).

Discursos e posturas como essas da juventude camponesa, nos possibilitam pensar em formas de minimizar, ou mesmo de reverter, a condição da mulher camponesa. A conscientização, uma educação problematizadora sobre a condição da mulher, assim como condições objetivas para a libertação de mulheres das amarras do patrimonialismo, como o acesso à terra e às políticas públicas, pode enfrentar uma cultura machista construída no campo. Nesse sentido, cabe conceber o importante

papel da educação como informação, resistência e emancipação da mulher do campo. A partir disso, evidencia-se a necessidade de ouvir as mulheres, e, para além disso, forjar uma juventude campestre comprometida com as lutas das mesmas.

A religiosidade é outro aspecto analisado e presente em todo o desenrolar do livro, e não ocupa um lugar periférico na narrativa de Torto Arado – tanto é que o terceiro capítulo é narrado exclusivamente por uma entidade encantada. Talvez seja, ousamos sugerir, um dos aspectos mais centrais e vinculantes da constituição de um *ethos* comunitário, identitário e organizativo das famílias de Água Negra. Esse foi o eixo tratado no quarto encontro do grupo de estudo.

A dimensão religiosa é uma das formas de expressão e produção cultural de grupos sociais, que atribui significados especialmente a mistérios não explicados pela consciência humana, e que aponta para um novo mundo que se deseja viver. Clifford Geertz (2008) comenta que a religião combina as ações humanas a uma perspectiva cósmica imaginada que, por sua vez, projeta imagens no plano da experiência humana. O antropólogo sintetiza a compreensão de religião dizendo que ela é

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

É importante comentar que “perspectiva religiosa” é uma entre outras possíveis. É uma das formas de ver, sentir, apreender, compreender e construir a vida e o mundo, e que se difere do senso comum porque imprime significados e vai além da realidade cotidiana. Os rituais religiosos envolvem uma fusão simbólica do *ethos* com a visão de mundo e são, segundo o autor, principalmente os rituais mais elaborados e geralmente mais públicos, que detêm uma força para modelar a consciência espiritual de um povo.

Por diversos momentos em Torto Arado, vemos que a religiosidade se expressa com naturalidade nas formas como os personagens interpretam e

interagem com o mundo e entre si. É nas festas de Jarê, realizadas na casa de Zeca Chapéu Grande, pai e liderança espiritual, que as famílias da comunidade (e pessoas externas, atraídas pela devoção) se reuniam com periodicidade às noites. Ali era um lugar privilegiado de encontro, de celebração e de reprodução cultural; e local de firmar e cobrar compromissos que refletem na vida concreta, como a situação em que o prefeito da cidade é cobrado pela promessa de construir uma escola para as crianças de Água Negra.

Isso remete, por fim, ao que Geertz (2008) fala sobre o fato de a religião não ser apenas metafísica, e nem ser apenas ética. Ela também estrutura exigências mais específicas da ação humana em contextos mais gerais da própria existência humana, sendo que a relação entre *ethos* e a visão de mundo é significativa e é um elemento essencial em todas as religiões. Para além disso, a religião se torna, em parte, uma tentativa de “conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta” (GEERTZ, 2008, p. 93).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: pontos de uma prosa que não se encerra

A literatura brasileira é fonte riquíssima de dados sobre a realidade e possibilita, até mesmo, o reconhecimento de elementos da formação sócio-histórica e a identificação das determinações societárias sobre as quais se enraízam aspectos que sustentam a estrutura societária brasileira, de capitalismo dependente e periférico. Através dela é possível discutir aspectos chave da realidade atual e identificar tanto as fissuras que podem contribuir para a erosão do sistema, quanto as formas históricas de resistência da classe trabalhadora aos processos de exploração, opressão e dominação.

Assim, é relevante e necessário aprofundar o debate sobre sua utilização como estratégia de formação profissional e como recurso para o trabalho profissional com a população atendida pela/o assistente social. É certo que a discussão da realidade a partir da literatura não se configura como estratégia exclusiva do Serviço Social, pelo contrário, é ferramenta aberta e disponível para

todas as profissões e pela população. A literatura é fonte de conhecimento crítico e formação humana, sendo o seu acesso amplo defendido há algumas décadas no Brasil como direito fundamental (CANDIDO, 2011). Para o autor, a literatura traz enriquecimento de informação e conhecimento, além de contribuir diretamente para a formação humana quando processa camadas do subconsciente e inconsciente através das fabulações. É o conjunto disso tudo que confere sentidos novos a ponto de enriquecer a percepção e visão de mundo. Nessa direção, cabe afirmar, se houver o desejo de potencializar as obras literárias como instrumentos de transformação: a compreensão de que o acesso e fruição da literatura precisa ser reconhecido um direito fundamental de caráter universal.

Está aqui o potencial transformador que a literatura e outras formas e expressões culturais e artísticas possuem. Elas são potentes instrumentos de transformação, inclusive societária, como bem ensinou Gramsci (2007) no *Caderno 14*, em que tratou sobre os temas de cultura. “A arte, em todas suas manifestações (literatura, música, pintura, escultura, dança, teatro), desempenha uma função social e educativa” (FAVARO, 2022, p. 20). Por isso, devem ser tratadas como direito inerente à formação humana, o que exige o reconhecimento de que seu acesso e fruição deve ser assegurado a todos indivíduos em condições igualitárias.

Tal acesso contém uma dimensão de historicidade, uma vez que pela literatura e demais expressões de cultura desenvolve-se, inclusive a conexão entre passado e presente, com a projeção de um futuro. Trata-se de um instrumento potente para a classe trabalhadora, tanto no sentido da ampliação de seus horizontes, quanto na proposição de outras relações sociais em que não haja exploração.

O chão da realidade cotidiana da classe trabalhadora alimenta a práxis em suas diversas ênfases: anticapitalista, antirracista, antissexista, antipatriarcal. É o chão da realidade que possibilita recolher as determinações estruturais desta sociabilidade capitalista, que no Brasil se mantém há séculos num modelo profundamente dependente e periférico. Desse cotidiano vão brotando os processos de reflexão crítica potencializados no debate coletivo, e tornam-se ferramentas importantes para a transformação da própria realidade, seja no miúdo cotidiano, seja

contribuindo para aproximar do horizonte da transformação societária.

Esse processo, apesar da possibilidade de acontecer no dia a dia, exige tanto a suspensão da cotidianidade enquanto reiteração acrítica de fazeres, quanto a dedicação para o apontamento de questionamentos e a busca de suas respostas. Seu começo é difícil, visto que exige parada e dedicação para construir a reflexão crítica. Isso requer o reconhecimento dos fatos, o encontro das palavras que os expressem, a identificação das conexões dialéticas entre eles, até que seja possível apreender a realidade e expressá-la de forma crítica.

A tarefa é ainda mais desafiadora quando o olhar é remetido para o chão da realidade cotidiana agrária, ambiental ou das extensas periferias urbanas, porque tudo o que não está no centro dos debates exige maior atenção, cuidado e crítica em seu desvendamento. Neste sentido, destaca-se a importância de se colocar em pauta expressões da questão social que recebem pouca visibilidade, chamando a atenção para processos sociais e sujeitos políticos importantes, que em suas lutas e resistências vão erigindo o chão cotidiano da realidade, produzindo a práxis em suas diversas ênfases.

Há diversas estratégias pedagógicas que possibilitam a construção de uma pauta crítica, sendo uma delas a utilização da literatura como ferramenta de análise e reflexão crítica sobre a realidade, geradoras de uma práxis comprometida com a transformação societária. Tais estratégias podem se caracterizar como práticas de educação popular, quando identificam os elementos que desafiam a vida da classe trabalhadora, problematizando-os com os próprios sujeitos, a fim de buscar estratégias de superação da realidade de violações, opressões, explorações e violências em suas diversas formas.

Pode-se assim aferir que a estratégia dos grupos de estudos de obras literárias deve sair dos muros da Universidade e ganhar vida própria nas praças, nas associações de moradores, conselhos comunitários, enfim, em todos os espaços onde a população se encontra. Esta é uma tarefa possível numa perspectiva de extensão popular. Há também a experiência das bibliotecas comunitárias, muitas iniciadas também através da articulação entre projetos de extensão de Universidades e a população de diferentes territórios.

Enfim, educação, cultura e arte são instrumentos de transformação social, pois corroboram nas lutas da classe trabalhadora ao se libertar da ideologia dominante que a aprisiona no terreno da exploração e opressão, inclusive em seu imaginário social. São passos para a transformação societária a ampliação de direitos – ou, hoje, a resistência ao desmonte dos parques direitos sociais –, a proposição e efetividade de um projeto de educação popular libertadora, o acesso livre e universal aos bens culturais e artísticos, patrimônios da humanidade. A extensão universitária, assim como o ensino e a pesquisa, precisa se impregnar da perspectiva popular e assumir seu papel e contribuição neste processo não só possível, mas necessário.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 1. reimp. Da 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei 13.696/2018**. Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm>. Acesso em 21 de julho de 2022.

CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 5. ed. Corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CASTRO, Josué de. In.: Pedro Bloch entrevista: Josué de Castro. **Revista Manchete**, nº 625. Rio de Janeiro, abr. 1964.

FAVARO, Cintia Milene. A universalização da literatura: um direito fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 03, pp. 126-152. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/direito-fundamental>>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração Vinícius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LUKÁCS, Georg. **Realismo crítico hoje**. Tradução de Ermínio Rodrigues; Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Brasília: Coordenada Editora de Brasília, 1969.

MACEDO, José Marcos Mariani de. Posfácio do tradutor. In: LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 17. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Pós-fácio de Marilene Felinto. 98. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN**. Relatório final. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e58051, 2020.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.